

Edição nº 45 – 4 a 8 de setembro

## DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

### **CDC APROVA REGULAMENTAÇÃO DE MULTA APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PELO DESCUMPRIMENTO DE ACORDO JUDICIAL**

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados (CDC) aprovou, na última quarta-feira, 30, o PL nº 4.297/2016, que altera a Lei nº 4.595/1964, para regulamentar a multa aplicada às instituições financeiras pelo descumprimento de acordo judicial homologado, de autoria do deputado Paulo Magalhães (PSD-BA). O texto, aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Celso Russomanno (PRB-SP), determina que o descumprimento de acordo judicial firmado em consequência de infrações aos dispositivos da Lei nº 4.595/1964 será apenado com multa de 30% sobre o valor do contrato, a ser revertida ao exequente, devidamente atualizada pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo. O PL ainda será analisado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

### **CVT APROVA NECESSIDADE DE CONSULTA PÚBLICA ANTES DE ALTERAÇÃO EM CONTRATO DE CONCESSÃO**

Na última quarta-feira, 30, a Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados aprovou, na forma do substitutivo apresentado pelo deputado Vicentinho Júnior (PR-TO), o PL nº 5.959/2016, que altera a Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos para determinar a realização de audiências públicas antes de quaisquer alterações contratuais previstas inicialmente em contrato de concessão firmado. A proposição seguirá agora à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para análise.

### **CTASP APROVA INCENTIVO FISCAL PARA A IMPLANTAÇÃO DE COLETORES OU PAINÉIS SOLARES**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, aprovou, na forma do substitutivo apresentado pelo deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), na última quarta-feira, 30, o PL nº 4.536/2012, que dispõe sobre a instituição de incentivo fiscal para a implantação de coletores ou painéis coletores ou painéis solares para aquecimento de água e para produção de energia elétrica (fotovoltaica). O PL

também estabelece que quando se tratar de edificações pertencentes à Administração Pública Federal, direta ou indireta, sempre que tecnicamente viável, deverão ser equipadas com tais equipamentos. Agora, a proposição seguirá à Comissão de Minas e Energia (CME) para deliberação.

### **CTFC DO SENADO APROVA PROJETO QUE IMPÕE EXIGÊNCIAS PARA RÓTULO DE ALIMENTOS**

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), do Senado Federal, aprovou, no último dia 30, o PLS nº 489/2008, de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que determina que os rótulos dos alimentos apresentem informações nutricionais em cores diferenciadas, de acordo com padrões de alimentação. Segundo o autor, a identificação por meio de um selo de cores diferenciadas, conforme o conteúdo nutricional, irá auxiliar a população a escolher os alimentos e a melhorar as suas condições de saúde. O projeto segue para análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

### **COMISSÃO MISTA APROVA MP DE RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS NÃO TRIBUTÁRIAS**

Na última quarta-feira, 30, a comissão mista do Congresso Nacional aprovou o relatório do sen. Wilder Moraes (PP-GO) sobre a Medida Provisória nº 780/2017, que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD). Por débitos não tributários, entendem-se multas de diversas origens, como de natureza administrativa, trabalhista, eleitoral e penal, e dívidas com órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O programa funciona como uma espécie de REFIS que permitirá a renegociação de dívidas com autarquias, fundações públicas federais e com a fazenda pública. É permitida a quitação de débitos não tributários, de pessoas físicas ou jurídicas, vencidos até 31 de março de 2017. O governo acredita que com a medida arrecadará R\$ 3,4 bilhões, dinheiro que contribuirá para reduzir o contingenciamento em 2017. A medida, que agora será analisada na forma de projeto de lei de conversão, deverá ser votada por ambas as casas separadamente.

**7 Dias no Poder** é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

**Luiz Fernando Visconti** (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

[www.tozzinifreire.com.br](http://www.tozzinifreire.com.br)

## AGENDA DA SEMANA

### CONGRESSO NACIONAL

#### FIQUE DE OLHO

**COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 784/2017**  
**05/09/2017, às 14H30**

**Reunião deliberativa** para apreciar o relatório apresentado pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA) à MP nº 784, que trata do processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

#### SENADO FEDERAL

##### PLENÁRIO

**04/09/2017, às 14H**

**PLV nº 27/2017**, que institui a Taxa de Longo Prazo (TLP).

Relator: dep. Betinho Gomes (PSDB-PE)

Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)**

**06/09/2017, às 8H30**

**PLS nº 5/2017**, que estabelece a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de telecomunicações nas rodovias federais e estaduais.

Relator: sen. Otto Alencar (PSD-BA)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)**

**06/09/2017, às 10H**

**PEC nº 102/2015**, que institui o parlamentarismo.

Relator: sen. Romero Jucá (PMDB-RR)

Relatório: favorável.

**PLS nº 89/2016**, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação em veículo de comunicação social.

Relator: sen. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

##### PLENÁRIO

**04/09/2017, às 16H**

**PEC nº 77/2003**, que trata da Reforma Política.

Relator: dep. Vicente Cândido (PT-SP)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

**PEC nº 70/2011**, do Senado Federal, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Relator: dep. Walter Alves (PMDB-RN)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PLV nº 23/2017, originário da MP nº 783/2017**, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Relator: dep. Newton Cardoso (PMDB-MG)

Relatório: pela aprovação.

**PL nº 1.202/2007**, que disciplina a atividade de lobby.

Relator: dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

#### GLOSSÁRIO

**PEC:** Proposta de Emenda à Constituição

**PLP:** Projeto de Lei Complementar na Câmara

**PL:** Projeto de Lei Ordinária na Câmara

**PLC:** Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

**PLS:** Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

**MP:** Medida Provisória

**PLV:** Projeto de Lei de Conversão

**PRC:** Projeto de Resolução da Câmara

**PRS:** Projeto de Resolução do Senado

**PDC:** Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

**PDS:** Projeto de Decreto Legislativo do Senado

**PFC:** Proposta de Fiscalização e Controle

**RCP:** Requerimento de Constituição de CPI

**REQ:** Requerimento

**VET:** Veto

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)**  
06/09/2017, ÀS 10H

**PL nº 6.989/2017**, que altera o Marco Civil da Internet para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam a suicídio.  
Relator: dep. Junior Marreca (PEN-MA)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE  
CIDADANIA (CCJC)**  
05/09/2017, ÀS 10H

**PEC nº 75/2007**, que reestabelece a reestruturação dos Tribunais de Contas da União e dos Estados e cria a Auditoria de Controle Externo no âmbito desses tribunais.  
Relator: dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)  
Relatório: pela aprovação.

**PEC nº 181/2012**, que estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos, e dá outras providências.  
Relator: dep. Rogério Rosso (PSD-DF)  
Relatório: pela aprovação.

**PL nº 3.456/2004**, que acrescenta dispositivos à Lei Ferrari para estabelecer prazo para realização de convenções econômicas dos produtores e distribuidores de veículos e facultar a utilização de arbitragem.  
Relator: dep. Juscelino Filho (DEM-MA)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 2.542/2015**, que limita as exigências legais de regularidade, quando da celebração de convênios com a União, ao próprio consórcio público envolvido, sem estendê-las aos entes federativos nele consorciados.  
Relator: dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)  
Relatório: pela aprovação.

**PL nº 3.163/2015**, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.  
Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 6.256/2016**, que modifica a forma de contagem de prazos nas causas de competência dos Juizados Especiais e da Fazenda Pública.  
Relator: dep. Luiz Fernando Faria (PP-MG)  
Relatório: pela aprovação.

**PL nº 5.511/2016**, que altera o Estatuto da OAB para tornar obrigatória a participação de advogado na solução consensual de conflitos, tais como a conciliação e a mediação.  
Relator: dep. Wadih Damous (PT-RJ)  
Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)**  
05/09/2017, ÀS 9H30

**PL nº 6.484/2013**, que regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas.  
Relator: dep. Júlio Delgado (PSB-MG)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 2.999/2015**, que veda o oferecimento, nos sítios oficiais das companhias aéreas na internet, de produtos e serviços não relacionados à aquisição de passagens aéreas e a comercialização de "assentos conforto" nas aeronaves.  
Relator: dep. Aureo (SD-RJ)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)**  
05/09/2017, ÀS 9H30

**PLP nº 382/2017**, que autoriza a criação do sistema de registro e administração de garantias de comércio exterior e dispõe sobre a emissão da Letra de Comércio Exterior.  
Relator: dep. Laercio Oliveira (SD-SE)  
Parecer: pela aprovação.

**PL nº 3.940/2015**, que dispõe sobre a destinação final e a disposição final dos resíduos sólidos e rejeitos da mineração.  
Relator: dep. Vitor Lippi (PSDB-SP)  
Relatório: pela rejeição.

**PL nº 5.895/2016**, que tipifica criminalmente a conduta de corrupção privada, alterando a Lei de Propriedade Industrial.  
Relator: dep. Aureo (SD-RJ)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 6.167/2016**, que reduz em 60% o IPI sobre os veículos automotores novos adquiridos em troca de veículos usados com mais de 17 anos de registro.  
Relator: dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)**  
28/06/2017, ÀS 10H

**PL nº 1.322/2007**, que torna isentas do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) cargas de fertilizantes e demais insumos agropecuários.  
Relator: dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 57/2011**, que proíbe a realização de apostas de qualquer natureza, inclusive pela internet.  
Relator: dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**PL nº 1.737/2015**, que autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais da Lei Rouanet pelas empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda.

Relator: dep. Aluisio Mendes (PODE-MA)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)**  
05/08/2017, ÀS 10H

**PL nº 4.663/2016**, que dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes.

Relator: dep. Roberto Sales (PRB-RJ)  
Relatório: pela aprovação, com emenda.

**PL nº 5.186/2016**, que institui o Cadastro de Crimes contra o Meio Ambiente e veda as pessoas jurídicas inscritas nesse Cadastro de receberem financiamentos e incentivos governamentais e de contratar com o Poder Público.

Relator: dep. Waldenor Pereira (PT-BA)  
Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)**  
05/09/2017, ÀS 9H30

**PL nº 6.136/2013**, que determina às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica que realizem chamadas públicas para aquisição de energia elétrica proveniente de centrais hidrelétricas com capacidade instalada de 100 KW a 30.000 KW.

Relator: dep. Francisco Chapadinha (PODE-PA)  
Relatório: pela aprovação, com emendas.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)**  
05/09/2017, ÀS 11H

**PL nº 5.074/2016**, que dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados pela internet.

Relator: dep. Major Olimpio (SD-SP)  
Relatório: pela aprovação, com emenda.

**PL nº 5.202/2016**, que inclui os crimes cibernéticos no rol das infrações de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, realizada pela Polícia Federal, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um estado da Federação ou no exterior.

Relator: dep. Cabo Sabino (PR-CE)  
Relatório: pela aprovação.

**PDC nº 298/2015**, que aprova o texto do Tratado sobre Comércio de Armas, assinado pelo Brasil, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013.

Relator: dep. Lincoln Portela (PRB-MG)  
Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**  
05/09/2017, ÀS 10H

**PL nº 383/2011**, que altera a Lei dos Crimes Ambientais para estabelecer como sanção a obtenção de subsídios, subvenções ou doações da Administração Pública à pessoa jurídica que tiver sido condenada por crime ambiental com sentença transitada em julgado.

Relator: dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA)  
Relatório: pela aprovação, com emenda.

**PL nº 3.433/2012**, que altera a Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos para proibir a contratação de terceiros por empresas concessionárias de serviços públicos.

Relator: dep. Vicentinho (PT-SP)  
Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO ESPECIAL DE REGULAÇÃO DE MOEDAS VIRTUAIS PELO BANCO CENTRAL**  
05/09/2017, ÀS 14H30

**Audiência Pública** para deliberar sobre o PL nº 2.303/2015, que dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagens aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central.

**COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA**  
05/09/2017, ÀS 14H

**Reunião** para discussão e votação do relatório parcial do relator, dep. Vicente Cândido (PT-SP).

